

SEÇÃO

IMPRESSÃO TRIBUNAL FEDERAL
BRASILIA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 105

SEXTA-FEIRA, 1 DE JUNHO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	4929
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	4955
TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA	4956
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	4970
TRIBUNAL SUPERIOR MILITAR	5022

Supremo Tribunal Federal

Presidência

EXPEDIENTE DO DIA 31 DE MAIO DE 1990
DISTRIBUIÇÃO

SEXAGESIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO
EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1990. PRESIDENTE O
EXCELENTÍSSIMO SR. MINISTRO NERI DA SILVEIRA. (ART. 66 RISTF).
AS 17.00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM
DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, ATRAVES DO SISTEMA DE
PROCESSAMENTO DE DADOS.

ÍNDICE DE ADVOGADOS

NELSON ALTEMANI 1 0000292-9/600

HC 0068141-7/130 DF
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
IMPE : PAULO GOLDRAJCH
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DO RJ
FACTE : JOAO SIMPLICIO DE CARVALHO ARAUJO

ADIN 0000292-9/600 DF

RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
IMPT : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV. : NELSON ALTEMANI
REDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

MIN. PAULO BROSSARD 002

T O T A L 002

Brasília, 30 de maio de 1990

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO NERI DA SILVEIRA
Presidente do Tribunal

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 21 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno,
para julgamento, a partir da próxima sessão, contendo os seguintes
processos:

Inq 475-8 - RJ (QCr - Execução da Verdade)

Rel.: Min. Paulo Brossard. Qrlte.: Márcio Baroukel de Souza Braga (Advs.: Arthur Lavigne e outros). Qrldo.: Antonio Augusto Dunshee de Abranches (Adva.: Carmen V. Fontenelle).

Extr 510-3 - República Portuguesa

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Repte.: Governo de Portugal. Extraditando: César Figueiredo Morgado (Adv.: José Mitri Wakim).

Brasília, 31 de maio de 1990

HÉRCELUS BONIFÁCIO FERREIRA
Secretário

Primeira Turma

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Pre
sentes à sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio
Gallotti, Sepúlveda Pertence e Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio
Machado da Silva.

Secretário, Antonio Carlos de Azevedo Braga.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos sen
do lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

HC 67.803-3 - RJ

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pte.: Eduardo de Almei
da Silva. Impte.: Vinicius Bittencourt. Coator.: Tribunal de
Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Conheceu-se do pedido mas foi ele indeferi
do, nos termos ao voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma,
29-05-90.

HC 68.005-4 - RJ

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Pte.: Celso Luiz Ro
drigues (Impte.: Miguel A. de Andrade Moraes e outro). Coator.:
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus". Unâ
nime. 1a. Turma, 29-05-90.

RE 118.444-2 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Estado de
São Paulo (Adv.: Arari de Souza Moreira). Recdo.: José Adriano
da Silva (Adv.: Adécio Jacoto).

Decisão: Recurso conhecido e provido. Unânime. 1a. Tur
ma, 29-05-90.

RE 118.995-9 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Recte.: Cia. de Telefo
nes do Brasil Central - CTBC (Advs.: Ilson Wajngarten e ou
tros). Recdo.: Estado de São Paulo (Adv.: Áurea Trabulsi Cor
tazzo).

Decisão: Não se conheceu do recurso. Unânime. 1a. Tur
ma, 29-05-90.

RE 118.970-3 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Prefeitura
Municipal de São Paulo (Adv.: Beatriz Baer Dias). Recdos.: Asta
rote Borrego e outros (Adv.: Romeu Giora Jr.) e Sonia Maria Bor
rego Fernandes e outros (Advs.: Alexandre Carvalho de Menezes
e outro).

Decisão: Recurso conhecido e provido. Unânime. 1a. Tur
ma, 29-05-90.

Brasília, 29 de maio de 1990

ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO BRAGA
Secretário

Divisão de Acórdãos

DÉCIMA-SEXTA (169.) ATA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS, REALIZADA NOS TERMOS DO ART. 95, DO REGIMENTO INTERNO.

São publicados os acórdãos dos seguintes processos:

ADIn 231-7 - RJ (Medida Liminar)

Rel.: Min. Moreira Alves. Reqte.: Governador do Estado do Rio de Janeiro (Adv.: José Eduardo Santos Neves e Outros). Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal deferiu a medida cautelar e suspendeu, até o julgamento final da ação, a vigência dos artigos 77 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente. Plenário, 19.4.90.

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Artigos 77 e 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Pedido de liminar.

- Ocorrência, no caso, dos requisitos da relevância jurídica e da conveniência.

Pedido de liminar deferido.

ACor 405-5 - MT

Rel.: Min. Moreira Alves. Autora: União Federal. Réus: Clodoveu Caetano de Lima (Espólio de) (Adv.: Hélio Peixoto) e Rômulo Vandoni, sua mulher e outros (Adv.: Vicente Bezerra Neto). Denunciado à lide: Estado de Mato Grosso (Adv.: Geraldo da Costa Ribeiro Filho).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, excluiu do feito o Estado de Mato Grosso e determinou a devolução dos autos ao Juiz de 1º Grau para processar o julgamento do feito. Plenário, 20.4.90.

EMENTA: Oposição oferecida pela União em ação de usucapião. Denúnciação da lide feita a Estado-membro, que a impugnou. Competência.

- Admitida a litisdenúnciação pelo Juiz Federal, e tendo o Estado-membro, depois de citado, ingressado no feito para pedir sua exclusão, a competência para decidir essa controvérsia passou a ser desta Corte, pois a simples negativa da qualidade que lhe foi atribuída de litisdenúnciação não o faz deixar, se ele a tem, de ser parte no processo, para subtrair-se dos efeitos daí decorrentes.

- Denúnciação da lide feita pelos réus fora do prazo previsto no artigo 71 do C.P.C.

- Exclusão do Estado de Mato Grosso da relação processual, determinando-se a devolução dos autos ao Juiz de origem que, assim, volta a ser competente para processá-lo e julgá-lo originariamente.

Inq 468-5- DF (Queixa-Crime)

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Querelante: Partido Social Cristão - PSC (Adv.: Etiberê Zem). Querelado: Ronan Tito.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
CGC/MF nº 00394494/0016-12

CEZAR BADO

Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR

Diretor Substituto de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes Isabel Cristina Orrú de Azevedo
Miguel Felix dos Anjos Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo). Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
Portes:				
Brasil (superfície)	Cr\$ 534,60	Cr\$ 267,96	Cr\$ 977,46	Cr\$ 534,60
Brasil (aéreo)	Cr\$ 2.138,40	Cr\$ 1.072,50	Cr\$ 3.910,50	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou extinta a punibilidade pela incidência da decadência. Plenário, 09.05.90.

EMENTA: - Decurso de mais de três meses, entre a última das publicações consideradas ofensivas e o oferecimento da queixa-crime (art. 41, § 1º, da Lei de Imprensa). Punibilidade extinta pela decadência.

Extr 496-4 - República Argentina

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Reqte.: Governo da Argentina. Extraditando: José Pirillo (Adv.: Luis Guilherme Martins Vieira e outros).

Decisão: Após os votos dos Srs. Ministros Relator e Celso de Mello que deferiam a Extradicação, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Rezek. Plenário, 21.02.90.

Decisão: Após os votos dos Srs. Ministros Relator e Celso de Mello que deferiam a Extradicação, e do voto do Sr. Min. Sepúlveda Pertence que a deferia, em parte, com exclusão dos crimes de injúria e do que trata o processo previsto na causa 29.117, do Juízo de Instrução nº 11, de Buenos Aires, o julgamento foi adiado por indicação do Sr. Ministro-Relator. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Sydney Sanches. Plenário, 05.04.90.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal deferiu, em parte, a Extradicação, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator, excluindo os crimes de injúria e o de que trata o processo previsto na causa 29.117, do Juízo de Instrução nº 11, de Buenos Aires. Os Srs. Ministros Relator e Celso de Mello retificaram, em parte, os seus votos para acompanhar o voto do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Sydney Sanches. Plenário, 06.04.90.

EMENTA: - Extradicação. Pedido devidamente formalizado. Crimes atribuídos ao extraditando. Extradicação deferida em parte.

Tendo-se o processo como formalmente instruído, concede-se a extradicação se os crimes imputados ao paciente são, igualmente, considerados crimes na legislação penal brasileira, com exceção de um deles, o referente à Causa nº 29.117, em curso no Juiz de Instrução nº 11, de Buenos Aires.

Assim, o pedido de extradicação é atendido apenas em parte, para excluir-se daqueles ilícitos, segundo a legislação penal argentina, aquele objeto da mencionada Causa nº 29.117, pois os fatos que o caracterizariam não tipificam crime, no Brasil. Exclui-se, outrossim, a acusação de injúria, posto que o crime, se realmente existente, já se encontra abrangido pela prescrição.

Extr 509-0 - Reino da Espanha

Rel.: Min. Celso de Mello. Reqte.: Governo da Espanha. Extraditando: Dionísio Rodríguez Martín (Adv.: Antonio Brasil Andrade).

Decisão: Por unanimidade o Tribunal deferiu o pedido de extradicação. Plenário, 04.05.90.

EMENTA: EXTRADIÇÃO - CONCORDÂNCIA DO EXTRADITANDO - IRRELEVÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA AO BENEFÍCIO DA LEI - IMPRESCINDIBILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL PRÉVIO - EXTRADIÇÃO QUE ESTÁ SENDO PROCESSADO NO BRASIL POR OUTRO CRIME - SITUAÇÃO QUE OBSTA A SUA IMEDIATA ENTREGA - CAUSAS RELATIVAS DESSE IMPEDIMENTO - FACULDADE DISCRICIONÁRIA RECONHECIDA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE CAUSAS OBSTATIVAS - EXTRADIÇÃO DEFERIDA.

- O controle jurisdicional, pelo Excelso Pretório, do pedido de extradicação deduzido por Estado estrangeiro, traduz indeclinável exigência de ordem constitucional e poderosa garantia - de que nem mesmo o extraditando pode dispor - contra ações eventualmente arbitrárias do próprio Estado.

Daí, o já haver o Supremo Tribunal Federal proclamado, em face de nosso ordenamento positivo, a irrenunciabilidade das garantias essencialmente inerentes ao processo extradicional. Mostra-se irrelevante, nesse contexto, a mera declaração do extraditando de que deseja ser imediatamente entregue à Justiça do Estado requerente. Precedentes.

- Quando o extraditando estiver sendo processado no Brasil, por infração penal punível com pena privativa de liberdade, o ato extradicional somente deverá ser executado após concluído o processo-crime ou, quando for o caso, depois de cumprida a pena. O Presidente da República, contudo, atento a razões de conveniência pertinentes ao interesse nacional, poderá ordenar a imediata efetivação da extradicação, inobstante haja processo penal instaurado ou, até mesmo, tenha ocorrido a condenação.

Essa faculdade, conferida pelo art. 89, in fine, do Estatuto do Estrangeiro, pertence ao Chefe do Poder Executivo da União, a cuja discricionariedade e exclusiva deliberação submete-se o seu exercício. O Presidente da República, em tal circunstância, é o único árbitro da conveniência e oportunidade da efetivação dessa medida excepcional.

- A cumulativa satisfação de todos os pressupostos legitimadores da extradicação passiva autorização do deferimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido extradicional submetido à sua apreciação.

AR 1.328-0 - MG (Questão de Ordem)

Rel.: Min. Celso Borja. Autor: Aloysio Amaral Júnior (Adv. em causa própria). Ré: Furnas Centrais Elétricas.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu da ação rescisória, determinando, outrossim, fossem os autos remetidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, competente para apreciá-la. Plenário, 09.05.90.

EMENTA: Recurso de Revista não conhecido, com supedâneo no Enunciado nº 208 do TST.

RR-6403/88.0 - (Ac. 3ªT-3372/89) - 4ª Região

Relator: Min. Ermes Pedro Pedrassani

Recorrente: RODOVILAS DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Adv.: Dr. Gilberto Jorge Lain

Recorrido: NORIVAL SOARES

Adv.: Dr. José Augusto F. de Amorim

DECISÃO: Por maioria, conhecer da Revista, por divergência, apenas quanto ao tema das horas extras - dilação do intervalo para alimentação e repouso e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação as horas tidas como extras, relativas à dilação do intervalo para repouso e alimentação, vencido o Exmo. Sr. Ministro revisor, que justificará seu voto.

EMENTA: HORAS EXTRAS. INTERVALO PARA ALIMENTAÇÃO E DESCANSO. Na forma do art. 71 da CLT, lícita é a prorrogação do intervalo para repouso e alimentação, desde que haja previsão em acordo escrito ou contra to coletivo de trabalho. Revista parcialmente conhecida e provida.

AG-RR-6607/88.9 - (Ac. 3ªT-0325/90) - 1ª Região

Relator: Min. Wagner Pimenta

Agravante: ROBERTO MAGIOLI GIFFOLI

Adv.: Dr. Fernando Tadeu T. Anuda

Agravado: CONDOMÍNIO ALAMEDA DAS ACÁCIAS

Adv.: Dr. Luiz Fernando Magalhães

DECISÃO: Unanimemente, negar provimento ao Agravamento Regimental.

EMENTA: Decisão Interlocutória. Irrecorribilidade. Salvo quando terminativas do feito na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não são recorríveis de imediato. Despacho mantido (Enunciado nº 214).

ED-RR-6862/88.2 - (Ac. 3ªT-0405/90) - 9ª Região

Relator: Min. Wagner Pimenta

Embargante: BANCO Bamerindus do Brasil S/A

Adv.: Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo

Embargado: ACÓRDÃO DA 3ª TURMA Nº 4044/89 (FRANCISCO CARLOS MOREIRA)

Adv.: Dr. Celso Lucinda

DECISÃO: Unanimemente, rejeitar os Embargos Declaratórios.

EMENTA: Embargos Declaratórios. Embargos rejeitados por inexistir, na decisão embargada, omissão, dúvida, contradição ou obscuridade.

RR-7042/88.1 - (Ac. 3ªT-4343/89) - 3ª Região

Relator: Min. Wagner Pimenta

Recorrente: STONES SILVERS JÓIAS LTDA

Adv.: Dra. Maria Lúcia de Freitas

Recorrido: JÚLIO CÉSAR SENA PEREIRA

Adv.: Dr. José Paula Ribeiro

DECISÃO: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência, e, no mérito, dar-lhe provimento para, afastando a deserção, determinar o retorno dos autos ao egrégio Tribunal a quo, a fim de que examine o recurso ordinário, como entender de direito.

EMENTA: Depósito recursal - Cálculo. O cálculo para fins de depósito recursal utiliza-se o valor de referência. Revista conhecida e provida.

RR-7056/88.4 - (Ac. 3ªT-4652/89) - 3ª Região

Relator: Min. Wagner Pimenta

Recorrente: ARIOVALDO BASTOS WERNECK

Adv.: Dr. Tobias Roberto de R. Chaves

Recorrida: COMPANHIA SIDERÚRGICA DA GUANABARA - COSÍGUA

Adv.: Dr. José O. de Melo

DECISÃO: Por maioria, conhecer da revista, por violação ao art. 192 da CLT, vencidos os Exmos. Srs. Ministros revisor e Ermes Pedro Pedrassani e, no mérito, via de consequência, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de 1º grau, no particular.

EMENTA: Adicional de Insalubridade. Constatado que o local de trabalho do obreiro se dá em condições insalubres, ultrapassando o limite permitido por lei, é devido o respectivo adicional. Revista conhecida e provida.

RR-0001/89.0 - (Ac. 3ªT-0135/90) - 2ª Região

Relator: Min. Wagner Pimenta

Recorrente: JOSÉ ROBERTO DOMINGUES

Adv.: Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo

Recorrida: SIDERÚRGICA JL ALIPERTI

Adv.: Dr. Geraldo Cobéro Corrêa

DECISÃO: Unanimemente, não conhecer da revista.

EMENTA: Recurso de Revista. Conhecimento. Não se configurando a alegada violação de lei, tampouco a pretendida divergência jurisprudencial, não há como conhecer da revista.

RR-0427/89.0 - (Ac. 3ªT-3415/89) - 4ª Região

Relator: Min. Ermes Pedro Pedrassani

Recorrente: MADEPAN - INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A

Adv.: Dr. Armando Cavallante

Recorrido: VALMIR SEJANES CHEIROLT

Adv.: Dr. Jurandi Cardoso Pazzim

DECISÃO: Unanimemente, não conhecer da Revista.

EMENTA: INTERVALO ENTRE TURNO DE TRABALHO DESTINADO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO, NÃO FRUÍDO PELO EMPREGADO. Efeitos jurídicos de prestação e necessária contraprestação, reconhecidos pelo acórdão regional. Inviabilidade da revista, porque as razões, aduzindo que o autor dispunha de quinze minutos para lanche, não deduzidos da jornada de trabalho, o que afastaria a pretensão acolhida, envolvem reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, obstado neste grau extraordinário de jurisdição - Enunciado nº 126 do TST. HORAS EXTRAS E INTEGRAÇÕES. Decisão regional lançada com suporte em informações do laudo pericial. Inadequação da revista, que arrazoa com ofensa ao art. 4º, da CLT, e divergência jurisprudencial, partindo do pressuposto de que os minutos destinados ao registro dos horários de trabalho não integram a sua duração, porque de conteúdo fático-probatório, não examinado pela Corte de origem. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Arrazoado extraordinário, sustentando que a atividade do autor não estaria prevista na re-

gulação das enquadráveis como insalutíferas, matéria não examinada em grau ordinário de jurisdição, e proporcionalidade do adicional ao tempo de exposição, que seria de apenas 1/3 da jornada de trabalho, questão de direito não prequestionada e, portanto, preclusa - Enunciado nºs 184 e 297 do TST. Recurso de Revista de que não se conhece, na sua integralidade.

RR-0449/89.1 - (Ac. 3ªT-4050/89) - 9ª Região

Relator: Min. Ermes Pedro Pedrassani

Recorrente: REECE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA

Adv.: Dr. Amazonas Francisco do Amaral

Recorrida: ROSANE MARIA DOS SANTOS

Adv.: Dra. Dalva Dilmara Ribas

DECISÃO: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência, e, no mérito, dar-lhe provimento para, afastada a deserção, determinar o retorno dos autos ao egrégio Regional, para que aprecie o recurso ordinário, como entender de direito.

EMENTA: CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO. PRAZO. DESERÇÃO. Conforme previsto na regra do art. 789, § 4º, da CLT, o prazo para recolhimento de custas processuais é o de até cinco dias da data da interposição do apelo, sob pena de deserção. Entretanto, esta não ocorre nos casos da juntada intempestiva aos autos da guia respectiva do recolhimento das custas processuais. Somente para o depósito recursal é que se exige a comprovação dentro do prazo do recurso (art. 7º da Lei nº 5.584/70). Recurso conhecido por divergência jurisprudencial e provido para determinar o retorno dos autos à Corte regional, a fim de que esta aprecie o recurso ordinário da reclamada, afastada a deserção.

RR-0510/89.1 - (Ac. 3ªT-4924/89) - 9ª Região

Relator: Min. Antonio Amaral

Recorrente: LAERTE P. TOALDO E COMPANHIA LTDA

Adv.: Dr. Antonio da Cunha Ribas

Recorrido: EDGAR AUGUSTO XAVIER

Adv.: Drs. Ulisses Borges de Resende, Clair da Flora Martins e Outros

DECISÃO: Unanimemente, não conhecer da revista.

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO - MATÉRIA FÁTICA - Tendo o acórdão recorrido, ao apoio no exame dos fatos e provas, concluído pela existência de relação de emprego, a revisão da matéria encontra óbice no Enunciado nº 126 do TST. Revista não conhecida.

IVANISE SALES AMARAL
Diretora-Substituta do S.A.

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

Proc. nº TST-RC-7741/90

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

Procurador: MAURO G. GONÇALVES

Requerido: 2º GRUPO DE TURMAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO (JUIZ RELATOR)

D E S P A C H O

Wanderley Fernandes Supro propôs Reclamatória contra a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, com pedido liminar de reintegração.

O Juiz Presidente da MM. JCJ de Nova Iguaçu indeferiu o pedido liminar, determinando a inclusão da Reclamatória em pauta, com a devida notificação da Reclamada.

Inconformado com o indeferimento da liminar requerida, o Reclamante impetrou Mandado de Segurança objetivando o deferimento do pedido de reintegração no emprego.

O Eg. Segundo Grupo de Turmas do Primeiro Regional, julgando o Mandado de Segurança, concedeu a segurança nos seguintes e expressos termos, verbis: "Acordam os Juizes do Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região por unanimidade rejeitar a preliminar de não conhecimento. No mérito, por maioria, conceder a segurança".

Cumprindo a ordem emanada do v. Acórdão, a Reclamada reintegrou em seus quadros o Reclamante, pagando-lhe os salários vencidos e vencendo.

Seguiu-se então o julgamento da Ação Reclamatória, cujo pedido foi julgado improcedente pela MM JCJ, sob o fundamento de que o Reclamante não detinha direito à estabilidade, eis que era exercente de cargo de confiança - demissível ad nutum - e tal hipótese fora expressamente afastada pela Carta Magna de 1988.

De posse de tal decisão, a Reclamada retirou de sua folha de pagamento o nome do Reclamante, por entender que cessara a eficácia da "Liminar de Reintegração" concedida via MANDAMUS.

Inconformado com o ato da Reclamada, o Reclamante peticionou ao Exmo. Juiz João Valim Pelúzio, que atuara como Juiz Relator do Mandado de Segurança, pretendendo que a liminar continuasse a surtir seus efeitos, já que interpusa Recurso Ordinário contra a decisão da MM. JCJ.

O pedido do reclamante foi deferido pelo Exmo. Juiz Relator do Mandado de Segurança.

Irresignada, a Prefeitura Municipal peticionou ao Exmo. Juiz Presidente do Primeiro Regional, aduzindo que com o julgamento do mérito da Reclamatória, a Liminar concedida no "Mandamus" perdera seus efeitos, além do que, em razão do decurso do prazo de 90 (noventa) dias, art. 1º, letra "b", da Lei 4.348/64, a Liminar já seria ineficaz, pedindo, assim, que fosse tornado sem efeito o despacho do Exmo. Juiz Relator do Mandado de Segurança, com a consequente suspensão ou decretação da caducidade da Medida Liminar, na forma do art. 4º da Lei número 4.348/64, ante à grave lesão que sua prevalência causaria aos cofres públicos.

Não obstante a petição da Reclamada ter sido dirigida, expressamente, ao Exmo. Sr. Juiz Presidente do Eg. Primeiro Regional, a mesma foi despachada e indeferida pelo Exmo. Juiz João Valim Pelúzio, que assinou o despacho como Juiz Relator.

É contra este ato do Exmo. Juiz João Valim Pelúzio, que é proposta a presente Reclamação Correccional, sob as alegações de que, na forma do art. 682, da CLT, ele não seria competente para exarar despacho com determinação executória do Acórdão proferido no Mandado de Segurança, mas sim do Exmo. Sr. Juiz Presidente; e mais que, conforme a letra "b" do art. 1º da Lei 4.348/64, a Liminar já teria caducado à época do despacho que determinou sua observância, mesmo após ter sido a Reclamação julgada improcedente, pois o Mandado de Segurança fora julgado em outubro de 1989 e o referido despacho proferido em 30 de abril de 1990.

Requer, ante o exposto, que liminarmente, seja determinada a suspensão dos efeitos do despacho exarado pelo Exmo. Juiz Relator João Valim Pelúzio e, finalmente, seja julgada procedente a presente correição parcial.

Como já salientado anteriormente, a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança determinou a concessão de Liminar de reintegração, requerida na reclamação e indeferida pelo Juiz Presidente da MM. JCU.

A requerente fala em Liminar, mas o "decisum" do Mandado de Segurança, é explícito em deferir a segurança.

Examinemos o pedido: Duas questões são colocadas pelo requerente da Correição: a incompetência do Juiz Relator do Mandado de Segurança julgado pelo 2º Grupo de Turmas do TRT, de deferir ou indeferir o primeiro requerimento do impetrante do Mandado e agora do requerimento dirigido pela Prefeitura Municipal ao Exmo. Juiz Presidente do TRT da 1ª Região.

Quanto ao primeiro requerimento feito pelo impetrante do "Mandamus", dele não poderemos cuidar, pois despachado há alguns meses.

Quanto ao segundo requerimento, este apresentado pela Prefeitura Municipal ao Exmo. Sr. Juiz Presidente do TRT e igualmente submetido ao crivo do Exmo. Juiz Relator do Mandado de Segurança João Valim Pelúzio, é recente e a Correição foi requerida em tempo hábil.

O requerente da Correição ressalta que o artigo 682 da CLT, inciso VI, dá ao Juiz Presidente do TRT o poder de executar as decisões proferidas pelo Tribunal. No caso, alegou-se no requerimento de fls. 11/12 que a decisão do TRT proferida no Mandado de Segurança impetrado por Wanderley Fernandes Supro foi cumprida, mas que perdeu sua eficácia não só pelo transcurso do prazo de 90 dias a que se refere o artigo 1º, letra "b" da Lei 4.348/64, mas, principalmente, pelo fato de ter havido julgamento de mérito da reclamação, onde Wanderley alegava a condição de estável e pedia sua reintegração no emprego.

A decisão de mérito proferida pela 1ª JCU de Nova Iguaçu fora pela improcedência do pedido, daí o requerimento dirigido ao Juiz Presidente do TRT no sentido de que V.Exa. suspendesse a ordem liminar de reintegração ou declarasse sua caducidade.

Como o Mandado de Segurança é de competência originária do TRT obviamente compete ao seu Juiz Presidente fazer cumprir o que decidido. A contrário senso, é a mesma autoridade judicial que pode concluir pelo cumprimento integral da decisão do Regional.

No caso em exame, no entanto, julgado o Mandado de Segurança pelo 2º Grupo de Turmas do TRT da 1ª Região com a concessão da segurança, publicado o acórdão, permaneceu o Exmo. Juiz Relator com a função de executar a ordem emanada do TRT, numa aparente usurpação de função e de competência funcional e executória que é do Juiz Presidente da Corte ou do Juiz Vice-Presidente, caso em substituição do titular.

O Juiz Relator de qualquer processo submetido a julgamento pelo Tribunal, com a publicação do acórdão esgota sua competência, salvo para relatar embargos de declaração. Desta forma, revela-se a incompetência do Exmo. Juiz Relator João Valim Pelúzio para declarar-se a decisão proferida pelo 2º Grupo de Turmas do TRT da 1ª Região, no Mandado de Segurança impetrado por Wanderley Fernandes Supro, foi ou não executada e cumprida como determinado pelo Colegiado.

Tal decisão, ao que parece, seria do Exmo. Juiz Presidente do TRT da 1ª Região, razão pela qual concedo a Liminar para suspender os efeitos do despacho proferido pelo Exmo. Juiz João Valim Pelúzio no requerimento que a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu apresentou ao Exmo. Juiz Presidente do TRT da 1ª Região, documento de fls. 11/12 dos autos, notificação de fls. 10.

Notifique-se o Exmo. Sr. Juiz João Valim Pelúzio para que, em 10 dias, apresente a esta Corregedoria Geral as informações que julgar necessárias, enviando cópia das peças que compõem o pedido de correição parcial.

Publique-se.

Brasília, 29 de maio de 1990.

LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Vice-Presidente, Substituto Regimental
do Corregedor Geral

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 32ª SESSÃO, EM 24 DE MAIO DE 1990 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves. O Ministro Paulo César Cataldo encontra-se em gozo de férias.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida, e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- **HABEAS-CORPUS 32.634-0** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. **PACIENTE:** MARCELO SANTAREM DOS SANTOS, Sd Ex, preso, à disposição do Conselho de Justiça do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, alegando ter sido ferido o princípio da ampla defesa, pede a concessão da ordem para que seja anulada a Ação Penal, sem renovação, e a sua imediata soltura. Impetrante: Drª Benedita Marina da Silva. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal concedeu a ordem para anular o processo a partir da nomeação do Curador, com fulcro no artigo 500, inciso III, alínea "I", do CPPM, sem renovação, devendo o Paciente ser, imediatamente, posto em liberdade, se por aí não estiver preso.

- **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 45.798-3** - Mato Grosso do Sul. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. **EMBARGANTES:** GILMAR DE SOUZA MARQUES, Cb Ex, OZINALDO DE SOUZA FERREIRA, Cb Ex, e ANTONIO JOÃO MARQUES DE SOUZA, Sd Ex. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 06 de dezembro de 1989. Adv Dr Jorge Antonio Siufi. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal conheceu e acolheu os presentes Embargos para, corrigindo erro material contido no r. Acórdão atacado, manter o sursis concedido em 1ª instância ao Cb Ex GILMAR DE SOUZA MARQUES, devendo o Exmº Sr Dr Juiz-Auditor realizar a audiência admonitória da concessão do benefício a todos os Embargantes.

- **RECURSO CRIMINAL 5.896-1** - São Paulo. Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora da 3ª Auditoria da 2ª CJM, de 04 de outubro de 1989, que rejeitou a Denúncia contra o Sd Ex MOISÉS BRAS DE OLIVEIRA, como incurso no artigo 240 do CPM. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal negou provimento ao recurso para manter a decisão prolatada pela Exmª Srª Juíza-Auditora.

- **RECURSO CRIMINAL 5.921-6** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. **RECORRENTE:** JORGE DA SILVA NUNES - PM/RJ. **RECORRIDA:** A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, que rejeitou a exceção de incompetência arguida pelo Recorrente nos autos do Processo nº 02/90-5. Advs Drs Fernando da Costa Dominguez e J. F. Dominguez. - O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES pediu vista, nos termos do artigo 78 do RI, após o voto do Ministro Relator que não conheceu do recurso interposto, por falta de amparo legal. Com o Relator votaram os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI, GEORGE BELHAM DA MOTA, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, LUIZ LEAL FERREIRA, ALDO FAGUNDES, HAROLD ERICHSEN DA FONSECA, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, CHERUBIM ROSA FILHO e EDUARDO PIRES GONÇALVES.

- **QUESTÃO ADMINISTRATIVA 239-9** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro George Belham da Motta. **DRª LUCIA HELENA DE BRITO QUERUZ**, 1ª Substituto do Advogado-de-Ofício da 1ª Auditoria da 3ª CJM, pede reconsideração do despacho do Exmº Sr Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, de 18 de outubro de 1989, que lhe negou estabilidade no serviço público. **(SESSÃO SECRETA).** - **POR MAIORIA**, o Tribunal indeferiu a pretensão por não preencher a Requerente as exigências legais para a obtenção da estabilidade no serviço público. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, ALDO FAGUNDES, ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e WILBERTO LUIZ LIMA deferiram o pedido por entenderem que a Requerente mantinha, à época da promulgação da Constituição Federal, vínculo empregatício com a Justiça Militar. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE).**

- **QUESTÃO ADMINISTRATIVA 242-9** - Distrito Federal. Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **ALEXANDRE LOBÃO ROCHA**, Advogado-de-Ofício Substituto do Quadro da Defensoria de Ofício da Justiça Militar, requer a revisão dos seus vencimentos, com base no artigo 6º, da Lei 7.961/89, invocando o princípio da isonomia. **(SESSÃO SECRETA).** - **POR MAIORIA**, o Tribunal, acompanhando o voto do Relator, deferiu parcialmente a pretensão do Requerente, no sentido de que, por analogia, se aplique a incorporação ao seu vencimento-base das Gratificações de Nível Superior, de Produtividade, da instituída pelo Decreto-Lei nº 2.365/87, bem como do abono criado pela Lei nº 7.706/88, mantida a concessão da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional e da Representação Mensal, nos percentuais atualmente pagos. Os Ministros HAROLD ERICHSEN DA FONSECA, CHERUBIM ROSA FILHO e WILBERTO LUIZ LIMA indeferiram o pedido por falta de amparo legal. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS indeferiu a pretensão por considerar inoportuna a inclusão de uma nova despesa no corrente orçamento. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE).**

- **APELAÇÃO 45.782-8** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** LUIZ CARLOS ANTONIO RESENDE, Cb FN, condenado a oito meses de prisão, incurso no artigo 240, § 4º, combinado com o artigo 30, inciso II, e parágrafo único do mesmo artigo, tudo do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 11 de julho de 1989. Advs Drs Eliane Ottoni de Luna Freire, e Tania Sardinha Nascimento. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).**

- **APELAÇÃO 45.619-8** - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria da 3ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 3ª CJM, de 14 de dezembro de 1988, que absolveu o civil VICTÓRIO ALBERTO PIPPI, do crime previsto no artigo 206, § 1º, do CPM. Advs Drs Walter J. Neto e Eliane O.L. Freire. **(SESSÃO SECRETA).**

- **APELAÇÃO 45.979-0** - Distrito Federal. Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. **APELANTE:**

LUIS ANTONIO DE SOUSA, Sd PM/DF, condenado a seis meses de prisão, incurso, por desclassificação, no artigo 265, combinado com o artigo 266, ambos do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 05 de dezembro de 1989. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE).

A Sessão foi encerrada às 18:00 horas.

Processos em mesa:

Apelação 45.975-8(GB/PC)2ªAer proc 6/89-5 Advªs Lourdes M.C.Valle/outra Cons Justificação 138-8(LL/PC) Minist Exército- Adv George Tavares Cons Justificação 139-6(ER/ST) Minist Exército- Adv George Tavares Apelação 45.988-0(JC/PC)Aud 9ª proc 21/89-9 Advªs Jorge A.Siufi/outra Rec Crim 5.921-6(WL)1ªEx proc 02/90-5 Advªs Fernando C.Dominguez/outra Apelação 45.847-6(JS/ST)1ªEx proc 09/89-6 Advª Clarice N. Costa Apelação 45.900-6(JS/ST)2ªMar proc 10/89-6 Advªs Tânia S.Nascimento/outra

Aguardando decurso de prazo:

Apelação 45.985-5(AF/WL)Aud 11ª proc 24/89-5 Advªs Hilton Q.Actis e outro Apelação 46.007-3(HE/AF)Aud 11ª proc 513/90-0 Adv Alexandre L.Rocha Apelação 45.745-3(JS/ST)Aud 5ª proc 18/88-7 Advªs Tadeu D.B.Rzniski/outra

Rev Criminal 1.235-0(HE/PC)Aud 4ª proc 15/87-1 Embargos 45.762-7(ER/AF)2ªMar proc 17/87-4 Adv Antonio A. Fernandes Apelação 45.946-6(ER/PC)2ªMar proc 530/89-0 Adv Tânia S.Nascimento

Aguardando publicação:

Rec Crim 5.925-9(EG)1ªEx proc 14/89-0 Advªs Eleonora S.C.Borges/outra Apelação 45.928-6(LL/AN)2ªMar proc 09/88-0 Advªs Antonio A.Fernandes/outras Apelação 46.010-3(WL/PC)3ªEx proc 503/90-6 Advª Mariza P. Couto Apelação 45.933-2(HE/AN)2ªEx proc 11/89-9 Advª Lúcia M.Lobo Apelação 45.929-6(JS/AN)Aud 11ª proc 587/89-0 Advª Elizabeth D.M.Souto Apelação 45.982-0(GB/AN)1ªEx proc 19/88-3 Advªs Eleonora S.C.Borges/outra

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

CONVOCAÇÃO

- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- O Tribunal realizará Sessão Extraordinária no dia 13 de junho de 1990 (quarta-feira), com início às 13:30 horas.

COLEÇÃO OBRAS DE RUI BARBOSA

Seis títulos versando sobre os mais variados temas, entre os quais a *Embaixada a Buenos Aires*, *Questão Minas x Werneck* (2 Tomos), *Discursos Parlamentares e Trabalhos Jurídicos*.

Preço: Cr\$ 140,00 (o Tomo)

Aquisições: Imprensa Nacional.

SIG — Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF. Informações: Seção de Divulgação da IN. Fones: (061) 321-5566 — R. 305 e 309 ou 226-2586; 226-6812.

Não operamos com reembolso postal.

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XLIX, 1992
FEBR 1

O CASO DA SÃO PAULO
NORTHERN RAILROAD COMPANY

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

GUIA BRASILEIRO DE FONTES
PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA,
DA ESCRAVIDÃO NEGRA E DO NEGRO
NA SOCIEDADE ATUAL.
FONTES ARQUIVÍSTICAS.

A presente edição encontra-se esgotada na Imprensa Nacional, mas poderá ser adquirida no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

O SUCESSO EM CADA PERIÓDICO

Não deixe passar esta oportunidade.
Adquira hoje mesmo nossos periódicos.

COLEÇÃO DAS LEIS

— Atos dos Poderes Legislativo e Executivo. Edição bimestral com encadernação em chambril plastificado e formato 14,8 x 21cm.

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA do Supremo Tribunal Federal.

Encadernação em chambril plastificado e formato 16 x 22cm.

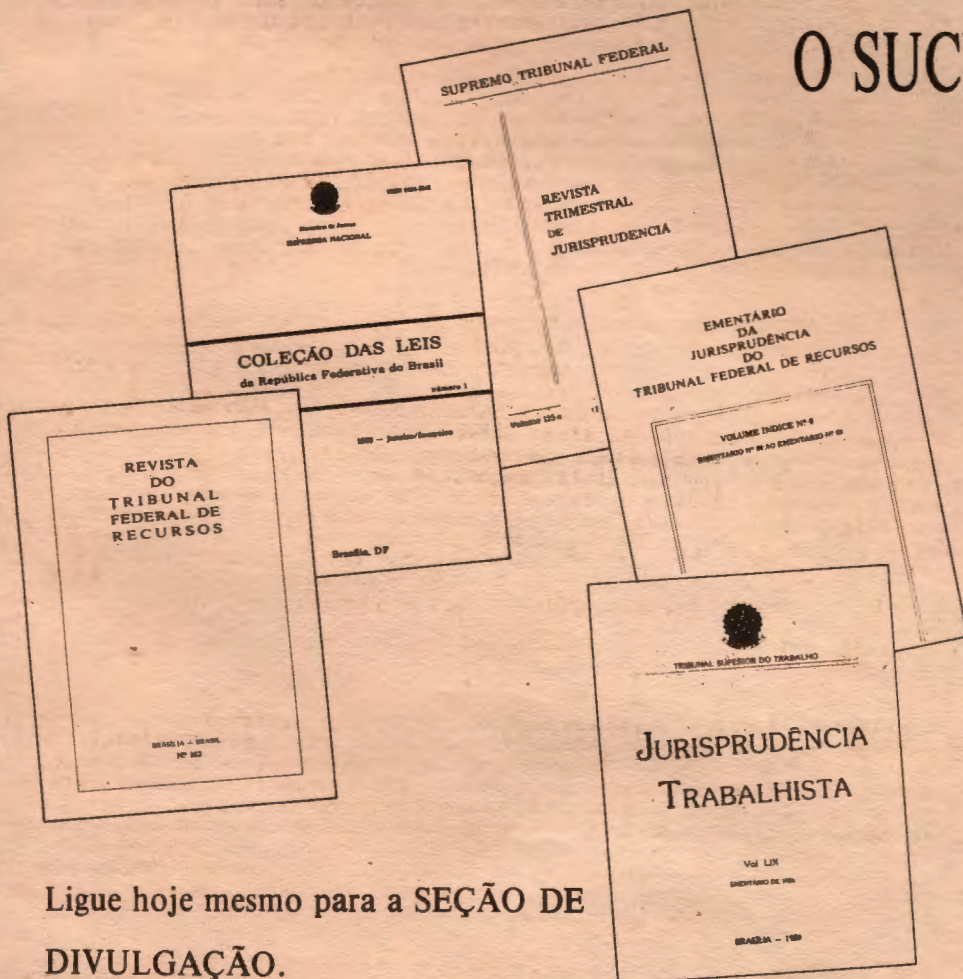
REVISTA DO TRIBUNAL
FEDERAL DE RECURSOS,
com despachos, jurisprudência,
súmulas e atos do Conselho de Justiça
Federal. Edição mensal com
encadernação em uma cor sobre chambril
plastificado e formato 16 x 23cm.

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS.

Periódico mensal, com encadernação em
duas cores sobre chambril plastificado e
formato 16 x 22cm.

JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

Tribunal Superior do Trabalho,
com dissídios coletivos, audiência
de publicação de acórdãos e ementários.
Edição mensal com encadernação em
chambril plastificado e formato 16 x 22cm.



Ligue hoje mesmo para a SEÇÃO DE
DIVULGAÇÃO.

Fones: (061) 226-2586, 226-6812.

ASSINATURAS

Para fazer assinaturas do Diário Oficial ou do Diário da Justiça:

- envie cheque nominal à Imprensa Nacional, acompanhado de esclarecimento quanto a sua destinação.
- em caso de órgão público anexe ao pedido cópia da Nota de Empenho;
- se preferir, pague diretamente na Seção de Vendas da Imprensa Nacional.

A IN não realiza transferência de assinaturas já efetivadas.

Para evitar interrupções na remessa, renove sua assinatura com antecedência máxima de 15 dias

A aquisição de números atrasados deve ser feita na Seção de Vendas.

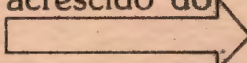
Valor da Assinatura Trimestral

Valor do Porte (por assinatura)

Superfície

Aéreo

Diário Oficial — Seção I	Cr\$ 1.547,00
Diário Oficial — Seção II	Cr\$ 405,00
Diário da Justiça — Seção I	Cr\$ 1.517,00
Diário da Justiça — Seção II	Cr\$ 1.247,00

acrescido do 

Cr\$ 534,60	Cr\$ 2.138,40
Cr\$ 267,96	Cr\$ 1.072,50
Cr\$ 977,46	Cr\$ 3.910,50
Cr\$ 534,60	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)

Telefone: (061) 321-5566 — R. 305/309 ou (061) 226-2586; 226-6812

Horário: 8.00 às 12:30 hs e 13:30 às 17:00 hs.

SIG — Quadra 06 — Lote 800 — Brasília — DF — CEP 70604

Indispensável mencionar CEP correto de sua cidade ou região



Gráficos desde 1808